

COMISSÃO MISTA DE ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS

(Constituída nos termos do art. 2º, do Decreto Legislativo nº 6, de 2020)

17º Boletim de Acompanhamento

9de outubro de 2020

Nesta semana será divulgado o décimo sétimo boletim semanal da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada à Covid-19. Esse documento tem o objetivo de atualizar os membros do Congresso Nacional sobre os principais acontecimentos com relação à pandemia e com relação à atuação da comissão.

1. AUDIÊNCIA PÚBLICA

No dia 5 de outubro de 2020, foi realizada audiência pública para discutir as medidas aplicadas nos estados e municípios no enfrentamento da pandemia de Covid-19, seus impactos, recursos repassados e a execução orçamentária e financeira de apoio aos estados e municípios pelo Governo Federal; os cenários e riscos fiscais/macroeconômicos e as possibilidades de ação para dirimir os impactos negativos na economia frente à crise atual. Participaram dessa audiência os Senhores Mauro Junqueira, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - Conasems; Felipe Scudeler Salto, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente – IFI; e Wilson Lima, Coordenador de Gestão Orçamentária e Financeira da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

O primeiro a falar foi o Senhor Mauro Junqueira, representante de Wilames Freire Bezerra, Presidente do Conasems. Ele iniciou sua apresentação relatando um cenário de 700 milhões de procedimentos não realizados nos últimos 8 meses. Por exemplo, durante a pandemia, diversas cirurgias eletivas não foram realizadas. A Covid-19 vai deixar uma enorme demanda reprimida até o final do ano, podendo chegar a um bilhão de outros procedimentos ambulatoriais e hospitalares não executados em virtude do contexto de crise sanitária. Essa demanda se acumulará no próximo ano. Além disso, ponderou que com as eleições, após a posse dos prefeitos, um grande percentual de secretários municipais será trocado e deverão dar continuidade aos trabalhos. Em janeiro próximo, teremos cerca de 4000 novos gestores de saúde nos municípios. O Senhor Mauro também mencionou a preocupação de como gastar bem os recursos federais. Relatou que muitos gestores que atuam na ponta estão com medo de gastar esses recursos e acabam não fazendo a sua utilização. O Conasems tem auxiliado os gestores municipais por meio de capacitações sobre como usar os recursos disponíveis de acordo com seu planejamento e regionalização da assistência.

Outro aspecto abordado pelo Representante do Conasems foi a necessidade de revogação do art. 5º da Lei Complementar nº 172, de 2020, que estabelece que a transposição e a transferência de saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores constantes dos Fundos de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e do Municípios provenientes de repasses federais aplicam-se somente durante a vigência

do estado de calamidade pública. Sugeriu que, ao final do exercício financeiro, os recursos remanescentes possam ser reprogramados pela gestão no ano seguinte para aplicar em saúde; e que em momento algum seja necessária devolução.

O segundo convidado, Senhor Felipe Scudeler Salto, iniciou sua apresentação considerando que o quadro fiscal é o mais desafiador que o país já enfrentou. Certamente ainda não temos um quadro de insolvência, mas há um risco que precisa ser controlado. Neste ano teremos uma dívida pública de 96,1% do PIB, ou seja, um aumento de 20,3 pontos percentuais do PIB em relação ao fechamento de 2019. O déficit primário deverá totalizar R\$ 877,8 bilhões, já incluindo o custo das medidas de combate à crise.

Com relação à execução do orçamento destinado à Covid, de acordo com a IFI, de um total de R\$ 604 bilhões, já foram executados R\$ 441 bilhões, o que representa 73% do total. Entretanto, ponderou que cada programa precisa ser analisado com cautela. Por exemplo, no mês de setembro, o pagamento do auxílio emergencial teve uma queda na execução que precisa ser investigada, pois passou de um pagamento de 45 bilhões em média para algo em torno de 11 a 12 bilhões. Apesar da redução do valor pago de 600 para 300 reais que explica um pouco essa diminuição, a queda deveria ser proporcional, ou seja, 50%. O Senhor Felipe Salto também apresentou um gráfico com a evolução das receitas e das despesas em relação ao PIB. Desde 2014, a curva da despesa passou a ficar acima da curva da receita. Isso é o que é chamado de déficit primário. Os gastos extraordinários aumentaram mais ainda essa discrepância que deverá ser diminuída no próximo ano. Mesmo assim, de acordo com as projeções da IFI, teremos um déficit em torno de 265 bilhões em 2021.

O Representante da IFI apresentou estimativas para a recuperação do PIB. Conforme o cenário mais provável, a retomada ao quadro que tínhamos antes da crise será em 2023. Em um cenário otimista, apenas em 2030 voltaríamos a ter superávit primário. Considerou que o pagamento de juros ainda é muito elevado no Brasil, entretanto neste ano deve cair para 4,4% em relação ao PIB, isso devido à redução da SELIC. Com relação à dívida bruta do país, a tendência é que a dívida cresça ao longo dos próximos anos atingindo 100% do PIB em 2022; e continue crescendo até 2030. Em um cenário pessimista, a dívida pode crescer e atingir 176% do PIB até 2030. Já em um cenário otimista, com uma taxa de crescimento econômico maior, em 2030 a dívida estaria em 80,8% do PIB. Em um cenário base, 117,6%.

O Senhor Felipe Salto também fez considerações sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2021. O Governo calcula que o teto de gastos será de R\$ 1.485,9 bilhões e as despesas sujeitas ao teto também de R\$ 1.485,9 bilhões. Ou seja, não há margem para a realização de gastos novos. Deve ser lembrado que as despesas discricionárias já estão historicamente baixas, então considerou rever as despesas chamadas obrigatórias que incluem INSS, pessoal, Benefício de Prestação Continuada. E considerou que o teto de gastos deve ser rompido no próximo ano, de acordo com as projeções da IFI. A Emenda Constitucional nº 95 determina que o PLOA não poderá conter despesas que ultrapassem os limites do teto. Mas se os limites forem rompidos, os gatilhos deverão ser acionados. Salto ponderou que o impasse jurídico sobre a suposta impossibilidade de rompimento do teto explica a apresentação da PEC da Emergência Fiscal (e a do Pacto Federativo) em 2019. Nesse contexto, considerou que não há espaço, pelas contas do PLOA, para criar o Renda Cidadã. Com o objetivo de equacionar esse programa social, já que a restrição fiscal é evidente, o Senhor Felipe Salto apresentou uma simulação. Considerou que as despesas com pessoal ativo totalizaram R\$ 173,5 bilhões até agosto em 12 meses. No PLOA há despesa com pessoal ativo de cerca de R\$ 184,4 bilhões. Se os gatilhos fossem aplicados, poderia haver economia de R\$ 10,9 bilhões. Além disso, a redução da jornada de 20%, por hipótese, poderia render economia de R\$ 8,6 bilhões.

Somando corte de R\$ 5 bilhões em subsídios (previsão é de 14 bilhões no PLOA), a economia total seria de quase R\$ 25 bilhões, podendo ser útil no caso de aumento de gastos derivados da criação do novo programa Renda Cidadã. Ao final lembrou que o Programa Bolsa Família custa por ano cerca de R\$ 34 bilhões.

O último convidado a fazer sua apresentação foi o Senhor Wilson Lima. Em sua breve fala mencionou o problema da baixa arrecadação e a preocupação quanto à continuidade das atividades na fase pós-Covid. Relatou a necessidade de recursos para a compra de vacinas e os insumos necessários como as seringas. O representante da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo também relatou o repasse em 2020 de 2,5 bilhões da União para o enfrentamento da pandemia. Desse total, 1,5 bilhões para o estado de São Paulo e o restante para os municípios.

No dia 9 de outubro foi realizada reunião com o Governador João Dória do Estado de São Paulo e com o Diretor do Instituto Butantan, Senhor Dimas Tadeu Covas, para tratar das vacinas que serão produzidas pelo referido Instituto, fruto de acordo com a farmacêutica Sinovac. Os estudos clínicos de fase III com a vacina estão ocorrendo em 15 centros de pesquisa espalhados em 7 estados. Esse imunizante contra o Coronavírus, a Coronovac, tem sido considerado um dos mais promissores do mundo porque utiliza tecnologia tradicional e eficiente na produção de outras vacinas. O Governador do Estado de São Paulo considerou que a Coronovac está em um estágio mais avançado que a vacina da AstraZeneca. Até o momento, 60.000 mil pessoas já foram vacinadas na China e no Brasil. De acordo com o Diretor do Instituto Butantan, nos estudos clínicos, é a vacina que tem apresentado o melhor perfil de segurança, além de ser a mais imunogênica. Considerou também que é a vacina mais estável, pois pode ficar até 10 dias fora da geladeira, diferentemente de outras vacinas que precisam ficar sempre a uma temperatura abaixo de zero, o que dificultaria muito a logística de distribuição pelo território brasileiro. Até dezembro de 2020, a China entregará 6 milhões de doses e 40 milhões terão seu processamento finalizado no Instituto Butantan. Após a finalização dos estudos coordenados pelo Instituto e após aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a vacina poderá ser disponibilizada.

Com relação aos efeitos colaterais, foi mencionado que a ocorrência é inferior a 5,3%. O mais frequente é dor no lugar da injeção que ocorreu em 3,08% dos voluntários. Além de fadiga em 1,53%, febrícula em 0,21%, os demais apresentaram perda de apetite, dor de cabeça e febre. Foi mencionado também que somente após estudos clínicos de 12 a 24 meses será possível ter conhecimento do panorama de proteção. A vacina da Sinovac, assim como as demais, deverá ser reaplicada a cada ano. O Governador do Estado de São Paulo também relatou que com a ampliação da capacidade de produção do Instituto Butantan, possibilitada por meio de doações do empresariado de São Paulo, até maio de 2021 poderão ser entregues 100 milhões de vacinas, sendo que 60 milhões já cobriria a população mais vulnerável. Por ano, o Instituto Butantan será capaz de produzir 450 milhões de doses da vacina, o que possibilitará inclusive a venda para outros países. Ao final da apresentação, foi mencionado o custo da Coronovac inferior ao preço da vacina no âmbito do Covax Facility, escopo da Medida Provisória nº1003, de 2020. As vacinas da Covax têm custo estimado de R\$ 10,58. Já a dose da Coronovac custará R\$ 10,30 centavos. No dia 21 de outubro haverá uma reunião do Instituto Butantan com o Ministério da Saúde e a Anvisa.

2. SUB-RELATORIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

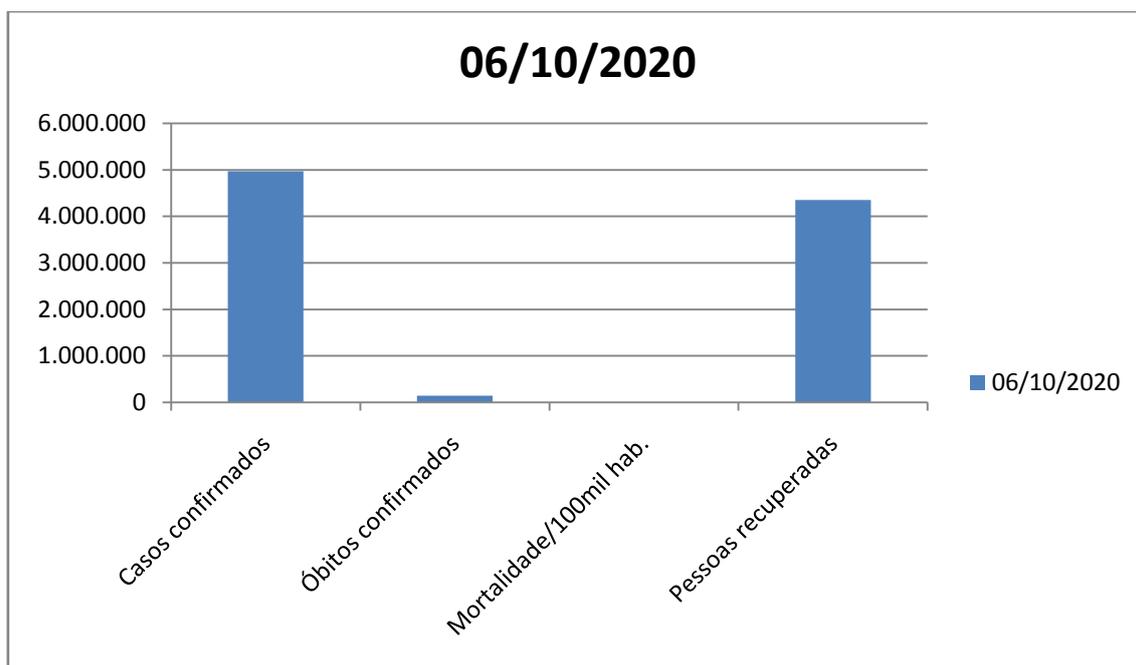
2.1. Dados Consolidados pelo Ministério da Saúde

Disponível em:<https://covid.saude.gov.br/>

No dia 6 de outubro de 2020, o Ministério da Saúde registrou 4.969.141 casos confirmados da COVID-19 no país. Quanto ao número de óbitos, foram consignadas 147.494 mortes. A mortalidade por 100mil habitantes foi de 70,2.

Nessa mesma data, o Ministério da Saúde informou que o Brasil registra 4.352.871 casos de pessoas recuperadas.

Em termos gráficos, tais informações poderiam ser assim consolidadas.



2.2. Informações Divulgadas pela Imprensa:

Segundo dados de 6 de outubro de 2020, a imprensa noticiou 147.759 mortes e 4.978.531 casos confirmados de COVID – 19.

O novo coronavírus subiu nos seguintes Estados: AC, AM, AP, RR e CE. Manteve-se estável no: PR, RS, SC, ES, MG, RJ, SP, DF, GO, MS, MT, AL, BA, MA, PE, PI, RN e SE. E, por fim, caiu nos seguintes Estados: PA, RO, TO e PB.

2.2.1. Cenário de 1 a 7 de outubro de 2020.

Em 2 de outubro a média móvel de mortes no Brasil por Covid-19 teve redução de 8% e chegou a 693. Em números absolutos, nessa data o país registrou 708 mortes e 33.341 novas infecções de coronavírus¹.

¹https://www.metropoles.com/brasil/media-movel-de-mortes-no-brasil-por-covid-19-reduz-8-e-chega-a-693?utm_source=push&utm_medium=push&utm_campaign=push

O aumento de casos de Covid-19 na Europa fez países como França, Irlanda, Espanha e Rússia adotarem restrições de circulação de pessoas. Desde o dia 2 de outubro o governo da Espanha decretou *lockdown* em Madri e em nove cidades-satélites².

No cenário global, um levantamento publicado pela OMS – Organização Mundial de Saúde –, em 5 de outubro de 2020, estima que apenas uma parcela de 10% da população mundial foi atingida pela covid-19, o que significa que grande parte do planeta continua sob ameaça do vírus³.

2.2.2. Gestores de saúde nos municípios alegam insegurança para gastar recursos federais.

O secretário-executivo do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS –, Mauro Junqueira, afirmou que os gestores da área estão com medo de gastar os recursos enviados pelo governo federal por insegurança jurídica⁴. Segundo o CONASEMS ainda há confusão e falta clareza na utilização de recursos e o grande desafio reside em orientar o gestor municipal e dar segurança jurídica para que ele possa fazer a melhor utilização dos recursos. Uma alternativa, segundo o Conasems, estaria na aprovação do PLP 226/2020⁵, que tramita na Câmara dos Deputados, o qual visa permitir que as verbas repassadas pelo Ministério da Saúde aos estados, municípios e Distrito Federal, vinculadas ao combate à Covid-19, sejam livremente movimentadas para outras ações de saúde pública em 2020 e 2021.

2.2.3. Secretários de Saúde querem permissão para gastar recursos da covid até fim de 2021.

Secretários municipais e estaduais de saúde querem a extensão por um ano do prazo para que estados e municípios utilizem os recursos recebidos da União para ações de enfrentamento da pandemia e defendem a aprovação do PL 4.078/2020, do Senado Federal, que prorroga o prazo de 31 de dezembro de 2020 para o final de 2021. Sem a medida, os recursos que não forem executados nesse período podem ser devolvidos ao Tesouro Nacional. A Projeto aprovado pelo Senado, impede que a União solicite a devolução dos recursos enquanto o novo prazo estiver vigente. O texto aguarda votação na Câmara dos Deputados⁶.

²https://www.metropoles.com/saude/aumento-de-casos-de-covid-19-na-europa-faz-paises-entrarem-em-alerta?utm_source=push&utm_medium=push&utm_campaign=push

³https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/10/05/oms-virus-continua-sendo-ameaca-para-90-da-populacao-mundial.htm?utm_source=chrome&utm_medium=webalert&utm_campaign=coluna-jamil-chade

⁴<https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2020/10/gestores-de-saude-nos-municipios-alegam-inseguranca-para-gastar-recursos-federais>

⁵<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2261307&fichaAmigavel=nao>

⁶<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/10/05/secretarios-de-saude-querem-permissao-para-gastar-recursos-da-covid-ate-fim-de-2021>

2.3. Pesquisa, Ciência e Inovação.

2.3.1. Anvisa recebe 1º pedido de registro de vacina contra a covid-19.

Em 1º de outubro, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa – recebeu o primeiro pedido de registro de uma vacina contra a covid-19 no Brasil. Trata-se da vacina de Oxford, desenvolvida pela Universidade de Oxford, no Reino Unido, e pela empresa farmacêutica sueca AstraZeneca. No Brasil, tem testes coordenados pela Unifesp (Universidade Federal do Estado de São Paulo) e será produzida pelo laboratório Bio-Manguinhos, ligado à Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), no Rio de Janeiro. O órgão recebeu a chamada "submissão contínua", que significa que a área técnica da agência começou a avaliar o primeiro pacote de dados sobre a vacina, que se referem aos estudos não clínicos⁷.

2.3.2. Fases das principais vacinas em desenvolvimento.

O caminho percorrido pelas principais vacinas em desenvolvimento no mundo, segundo divulgado por Business Insider, apresenta cinco propostas de imunizantes na fase três de testes⁸:

Vacina	Pré-clínico	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Uso emergencial	Aprovação
AstraZeneca/Oxford	●	●	●	●		
Moderna	●	●	●	●		
Pfizer/BioNTech	●	●	●	●		
Sinopharm	●	●	●	●		
Sinovac	●	●	●	●		
Inovio	●	●	●			
Novavax	●	●	●			
Johnson & Johnson	●	●	●			
Sanofi/GSK	●	●	●			
Anhui Zhifei	●	●	●			
Bharat Biotech	●	●	●			
CanSino Biologic	●	●	●			
Academia Chinesa de Ciências Médicas	●	●	●			
Imperial College London	●	●	●			
Kentucky Bioprocessing	●	●	●			
Sinopharm	●	●	●			
Takara	●	●	●			
Zydus	●	●	●			

Fonte: Business Insider

⁷ Fonte: <https://noticias.r7.com/saude/anvisa-recebe-1-pedido-de-registro-de-uma-vacina-contr-a-covid-19-01102020>

⁸<https://oglobo.globo.com/sociedade/oms-diz-que-ha-esperanca-em-vacina-contr-a-covid-19-ate-fim-do-ano-saiba-como-esta-corrída-24679140>

2.4. Orçamento da Saúde

Destaca-se que o Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2021 (PLOA2021) previu o orçamento de R\$ 124,6 bilhões em ações e serviços públicos de saúde (ASPS)⁹.

Para ilustrar o referido montante, elaborou-se a seguinte tabela comparativa, delineando os valores destinados para ações e serviços públicos de saúde (ASPS) nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021.

PLOA-ANO	Valor do orçamento da saúde (em bilhões)
2018	R\$ 119 bilhões ¹⁰
2019	R\$ 117,5 bilhões ¹¹
2020	R\$ 122,2 bilhões ¹²
2021	R\$ 124,6 bilhões

Destaca-se que, no tocante ao ano de 2020, o valor inicialmente aprovado foi majorado em decorrência da pandemia do novo coronavírus.

2.5. Atividades Importantes do Ministério da Saúde

2.5.1. Ministério da Saúde habilita 540 novos leitos em doze estados brasileiros

O Ministério da Saúde habilitou mais 540 novos leitos de UTI exclusivos para o tratamento de pacientes com Covid-19 no Sistema Único de Saúde (SUS). Das unidades habilitadas, nove foram na Paraíba, 10 em Pernambuco, 42 no Paraná, 78 no Rio Grande do Sul, 45 em Santa Catarina, 88 em São Paulo, 11 em Mato Grosso, 18 em Alagoas, 94 na Bahia, 60 no Distrito Federal, 80 no Maranhão e cinco no Pará. As habilitações são parte do apoio irrestrito do Governo Federal aos estados e municípios para reforçar o combate à pandemia. O objetivo é cuidar da saúde de todos e salvar vidas.

⁹ https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/raio-x-do-orcamento-previdencia/informativo_ploa-2021

¹⁰ <https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/estudos/tipos-de-estudos/notas-tecnicas-e-informativos/ntc-4-2017-subsidios-a-apreciacao-do-projeto-de-lei-orcamentaria-para-2018-pl-no-20-2017-cn-1>

¹¹ <https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/estudos/tipos-de-estudos/notas-tecnicas-e-informativos/ploa-2019-projeto-de-lei-orcamentaria-anual-para-2019-pln-27-2018>

¹² https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/raio-x-do-orcamento-previdencia/informativo_ploa-2021

Para as habilitações dos leitos, o investimento foi de R\$ 77,7 milhões, pago em parcela única pelo Ministério da Saúde. O valor é para que estados e municípios façam o custeio dessas unidades pelos próximos 90 dias, podendo ser prorrogado por mais 30 dias, a depender da situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da Covid-19.

Disponível em:

<https://antigo.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/47560-saude-habilita-540-novos-leitos-em-doze-estados-brasileiros>.

2.6. Atividades Importantes do Legislativo

2.6.1. Comissão realizou audiência pública com a IFI e o CONASEMS para debater o impacto financeiro de medidas adotadas para combater pandemia.

Conforme já mencionado nesse boletim, em 5 de outubro, a Comissão Mista – CN-COVID-19 realizou audiência pública remota para debater as medidas aplicadas nos estados e municípios no enfrentamento da pandemia de Covid-19, seus impactos, recursos repassados e a execução orçamentária e financeira. Foram convidados os senhores Felipe Scudeler Salto, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente – IFI, Wilson Lima, Coordenador de Gestão Orçamentária e Financeira da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, e Mauro Junqueira, Secretário Executivo do CONASEMS - Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde.

O Secretário Executivo do CONASEMS destacou que os gestores municipais e estaduais alegam que a atual crise sanitária pode perdurar durante parte do próximo ano e defendeu a necessidade de prorrogação, até dezembro de 2021, da execução dos recursos federais recebidos vinculados à Covid-19.

Já o Coordenador da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, reforçou que existe uma preocupação em relação a uma segunda onda da doença no Brasil e a necessidade de recursos para o enfrentamento da situação em 2021.

O Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente – IFI apresentou um diagnóstico das contas públicas durante a pandemia. Segundo a IFI, do total de R\$ 604 bilhões de orçamento já fixados na execução de medidas de enfrentamento à covid, R\$ 441 bilhões já foram executados. A previsão é que, com a pandemia, o déficit primário chegue a R\$ 877,8 bilhões ao final do ano.

2.7. Conclusão

O Ministério da Saúde tem atuado de forma exemplar no combate ao coronavírus. Destaca-se, ainda, o apoio da União aos Estados da Federação.

Reiteramos que, apesar da supracitada atuação, é preciso lembrar que o país ainda não superou a pandemia e que esforços devem continuar sendo empreendidos na gestão eficiente de recursos e na ampliação de ações coordenadas

com estados e municípios. As medidas sanitárias preventivas precisam ser reforçadas, principalmente no atual cenário de reabertura das atividades econômicas.

Por fim, é relevante alertar para a necessidade de atenção ao volume de demandas eletivas de saúde, reprimidas durante os primeiros meses de pandemia da Covid-19. Conforme dados do Ministério da Saúde, entre março e junho, quatro primeiros meses da pandemia, foi registrada queda de cerca de 61,4% nas cirurgias eletivas¹³. Com a flexibilização do isolamento social, a previsão é de alta expressiva da demanda no SUS. O secretário executivo do CONASEMS – Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde –, Mauro Junqueira, informou que cerca de 700 milhões de procedimentos ambulatoriais e hospitalares deixaram de ser realizados na rede pública de saúde do Brasil com a pandemia¹⁴.

¹³<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,apos-queda-de-61-de-cirurgias-eletivas-medicos-esperam-explosao-de-demanda,70003409973>

¹⁴<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/9835>

3. SUB-RELATORIA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

3.1. Valores Autorizados e Execução Financeira

No orçamento da União, as despesas autorizadas para o combate à Covid-19 alcançaram R\$ 605,0 bilhões em 5/10/2020, com pagamentos acumulados de R\$ 446,7 bilhões (73,8% do autorizado), conforme retratado na Tabela 1 adiante, que informa os valores mensais acumulados desde abril, por tipo de crédito orçamentário.

Tabela 1 – Autorizações e execução financeira acumulada por tipo de crédito

R\$ milhões							
TIPO DE CRÉDITO	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	SET/2020	OUT*/2020
Créditos Extraordinários							
Dotação	252.839,5	319.191,8	404.170,5	509.278,9	511.273,8	603.653,3	603.751,6
Pago	60.441,9	113.793,8	210.978,1	273.715,2	366.793,1	440.366,3	446.487,5
% Execução	23,9%	35,7%	52,2%	53,7%	71,7%	73,0%	74,0%
Créditos Iniciais							
Dotação	194,3	253,6	327,5	690,1	703,5	749,8	1.277,9
Pago	2,0	8,0	23,7	56,6	111,9	193,0	203,3
% Execução	1,0%	3,2%	7,2%	8,2%	15,9%	25,7%	15,9%
Total							
Dotação	252.839,5	319.445,5	404.498,0	509.968,9	511.977,4	604.403,1	605.029,4
Pago	60.441,9	113.801,8	211.001,8	273.771,8	366.904,9	440.559,3	446.690,8
% Execução	23,9%	35,6%	52,2%	53,7%	71,7%	72,9%	73,8%

* Data da última extração do SIAFI: 5/10/2020

A Tabela 2, a seguir, detalha a execução financeira dos **créditos extraordinários** em nível de ações, com a ressalva de que os valores autorizados ainda não refletem a perda de eficácia de medidas provisórias (MPVs), tal como ocorreu no caso da MPV 943, de 3 de abril de 2020, que havia autorizado R\$ 34,0 bilhões em favor da ação “00S5 - Concessão de Financiamentos para o Pagamento da Folha Salarial”. Conforme Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 100, de 2020, a MPV 943/2020 teve seu prazo de vigência encerrado no dia 31 de julho de 2020. Até essa data, só haviam sido empenhados R\$ 17,0 bilhões no âmbito da ação 00S5. Embora a Tabela 2 não retrate esses efeitos, destaca-se que o tema em análise está sendo examinado por esta Relatoria e será contemplado em maiores detalhes no próximo relatório bimestral desta Comissão.

Tabela 2 - Execução das ações abertas por créditos extraordinários

Ações orçamentárias	R\$ milhões		
	Autorizado	Pago	% Executado
00S4 - Auxílio Emergencial de Proteção Social a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	254.240.000.000,0	223.650.143.389,3	88,0%
00SF - Auxílio Emergencial Residual	67.600.886.209,0	13.291.052.018,0	19,7%
00S7 - Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios	60.189.488.452,0	60.148.914.730,3	99,9%
21C2 - Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	51.641.629.500,0	26.064.659.912,4	50,5%
21C0 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública	49.657.590.370,0	37.008.427.133,0	74,5%
00S5 - Concessão de Financiamentos para o Pagamento da Folha Salarial / PESE	34.000.000.000,0	17.000.000.000,0	50,0%
00EE - Integralização de cotas no Fundo Garantidor de Operações (FGO) / Pronampe	27.900.000.000,0	27.900.000.000,0	100,0%
00ED - Integralização de cotas do FGI / Programa Emergencial de Acesso a Crédito	20.000.000.000,0	20.000.000.000,0	100,0%
00S3 - Auxílio Financeiro para Compensação dos Fundos de Participação	16.000.000.000,0	12.124.417.791,8	75,8%
00SG - Aporte ao BNDES para o Programa Emergencial de Acesso a Crédito PEAC – Maquininhas	10.000.000.000,0	5.000.000.000,0	50,0%
0454 - Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional	5.000.000.000,0	574.467.676,5	11,5%
8442 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza	3.037.598.000,0	369.285.445,0	12,2%
00S8 - Auxílio Financeiro ao Setor Cultural	3.000.000.000,0	2.388.872.641,7	79,6%
00NY - Transferência de Recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético	900.000.000,0	900.000.000,0	100,0%
20TP - Ativos Cíveis da União	320.112.746,0	13.149.704,1	4,1%
00S9 - Auxílio Emergencial às Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs	160.000.000,0	0,0	0,0%
2E89 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde	43.059.135,0	34.152.216,0	79,3%
2E90 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial	23.049.729,0	19.174.076,0	83,2%
212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais	20.000.000,0	0,0	0,0%
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	18.147.908,0	751.802,7	4,1%
Total	603.751.562.049,0	446.487.468.536,6	74,0%

Data da última extração do SIAFI: 5/10/2020

4. SUB-RELATORIA Sistema Financeiro e Crédito

4.1. Cenário

As micros e pequenas empresas são as que mais sofrem na crise provocada pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19). O crédito é fundamental para que essas empresas continuem operando e gerando empregos.

Programas que ajudem os pequenos negócios – como o PRONAMPE – são essenciais em momentos de crise como o que estamos passando, mas também são fundamentais que se tornem permanentes de modo a que esse segmento possa prosperar e gerar empregos tão necessários em nosso país.

Matéria do Valor Econômico, do dia 07/10/2020, anuncia que o Governo se prepara para lançar neste mês a terceira etapa do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE), no valor de R\$ 10 bilhões. Segundo o jornal, essa etapa servirá como um teste para tornar o programa permanente, contudo em outro formato, possivelmente com uma garantia em torno de 30% e com juros de 6%, segundo informou o assessor especial do Ministério da Economia, Guilherme Afif Domingos. Hoje o Tesouro garante 100% e a taxa de juros é de 1,5% mais Selic.

Diante do cenário que se avizinha, na próxima terça-feira, dia 13 de outubro, às 10 horas, será realizada Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, com os micros e pequenos empresários e as instituições de crédito do poder público, para discutir a retomada do crescimento econômico no período pós-pandemia, frente às sistêmicas dificuldades de acesso ao crédito para os pequenos negócios e a falta de previsão orçamentária no PLOA 2021 para políticas públicas de crédito com essa finalidade. A audiência foi proposta pelo Senador Esperidião Amin.

4.2. Concessão de Crédito Livre Pessoa Física e Pessoa Jurídica

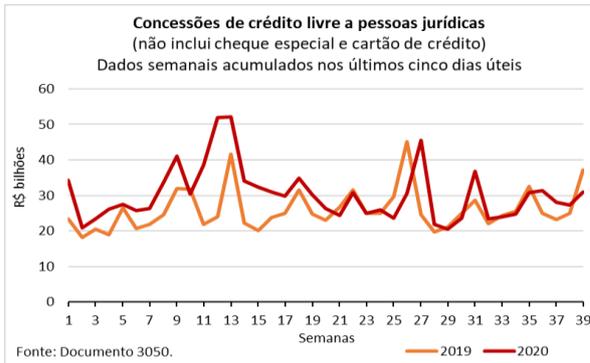
De acordo com o BC, a concessão de crédito livre a pessoas jurídicas em 2020 manteve-se em patamares superiores ao observado no mesmo período de 2019. Assim, até a 39ª semana de 2020, foram liberados R\$ 1.179,7 bilhões. Ao passo que, até no mesmo período em 2019, foram liberados R\$ 1.013,0 bilhões, o que corresponde a um aumento de 16,5%. Para as pessoas físicas, até a 39ª semana de 2020, foram liberados R\$ 528,4 bilhões, ante R\$ 494,9 bilhões para o mesmo período de 2019. Um aumento de 6,8%.

Ao todo, o crédito livre para as pessoas físicas e jurídicas até a 39ª semana de 2020 alcançou R\$ 1808,0,7 bilhão, ante R\$ 1.507,9 bilhão em 2019. Um aumento de 13,3%.

A evolução dos dados do BC é resumida nos gráficos e tabelas a seguir.

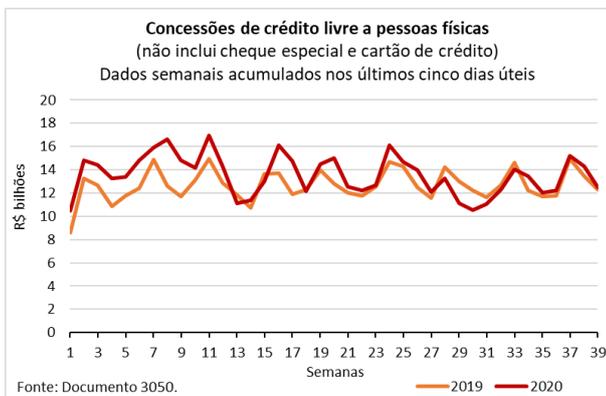
Concessões semanais PJ

Semana	R\$ bilhões	
	2019	2020
1	23,4	34,2
2	18,1	20,9
3	20,6	23,4
4	18,9	26,0
5	26,4	27,5
6	20,7	25,7
7	21,9	26,4
8	24,5	33,8
9	32,0	41,2
10	31,8	30,4
11	21,8	38,4
12	23,9	52,0
13	41,6	52,1
14	22,2	34,2
15	20,1	32,3
16	23,9	31,0
17	24,9	29,8
18	31,5	34,8
19	24,8	30,1
20	23,0	26,3
21	26,6	24,4
22	31,6	30,8
23	25,0	24,9
24	25,0	26,0
25	29,7	23,6
26	45,1	30,6
27	24,5	45,5
28	19,7	21,9
29	21,1	20,5
30	25,0	23,5
31	28,6	36,8
32	22,1	23,5
33	24,4	23,9
34	25,6	24,8
35	32,5	30,8
36	24,9	31,3
37	23,2	28,1
38	25,0	27,2
39	37,1	30,9



Concessões semanais PF

Semana	R\$ bilhões	
	2019	2020
1	8,6	10,5
2	13,3	14,8
3	12,7	14,4
4	10,9	13,2
5	11,8	13,4
6	12,4	14,8
7	14,9	15,9
8	12,6	16,6
9	11,7	14,8
10	13,2	14,2
11	15,0	16,9
12	12,8	14,3
13	11,9	11,1
14	10,8	11,4
15	13,6	13,0
16	13,7	16,1
17	11,9	14,7
18	12,3	12,2
19	14,0	14,5
20	12,8	15,0
21	12,0	12,5
22	11,7	12,2
23	12,5	12,7
24	14,7	16,1
25	14,3	14,7
26	12,5	14,0
27	11,6	12,1
28	14,2	13,3
29	13,0	11,1
30	12,2	10,6
31	11,7	11,1
32	12,7	12,3
33	14,6	14,1
34	12,2	13,5
35	11,7	12,0
36	11,8	12,3
37	14,9	15,2
38	13,5	14,3
39	12,3	12,5



4.3. Contratações por Porte de Empresas e de Instituições Financeiras

O quadro abaixo mostra que as novas concessões têm sido ofertadas por todos os tipos de instituições, desde o segmento S1 (grandes bancos) até o S4/S5 (pequenas instituições, incluindo cooperativas de crédito), e que o crédito tem chegado às empresas de todos os portes, bem como às pessoas físicas.

Novas concessões de crédito - dados acumulados de 16/3 a 02/10/2020 (Banco Central)

Segmentos	Novas contratações (2) (3)					Renovações*				
	Corporate	Middle	MPE	PF	Totais	Corporate	Middle	MPE	PF	Totais
S1 - públicos	52.705	23.051	54.259	173.778	303.792	12.838	39.502	26.372	116.972	195.685
S1 - privados	328.910	77.363	76.763	152.751	635.787	89.426	20.466	16.472	43.570	169.934
S2	75.346	18.416	2.819	36.100	132.680	5.605	598	156	340	6.699
S3	69.312	30.539	6.903	49.682	156.435	17.368	3.645	1.515	10.178	32.707
S4	21.907	22.076	4.853	13.743	62.579	2.297	3.739	234	6.571	12.841
Cooperativas (1)	2.827	20.486	32.185	53.864	109.362	719	2.580	2.892	4.048	10.239
Valor das operações	551.009	191.930	177.780	479.917	1.400.636	128.253	70.530	47.642	181.680	428.104

* Inclui rolagem integral de operações de crédito, inclusive com crédito novo, bem como renegociações com alteração de prazo, taxa de juros e garantias.

(1) Bancoob, Credicoamo e sistemas Sicoob, Sicredi, Cresol, Unicred, Uniprime e Ailos.

(2) Inclui debêntures no total de R\$48.840 milhões.

(3) Inclui programas governamentais para o crédito em função da Crise Covid-19.

4.4. Concessão de Crédito dos Programas Emergenciais

De acordo com dados fornecidos pelo Banco Central até 02 de outubro, os distintos programas governamentais de crédito já liberaram mais de R\$ 99,3 bilhões em mais de 617 mil operações.

VALORES LIBERADOS ATÉ 02/10/2020 (R\$ MILHÕES)								
SEGMENTO	PRONAMPE		PEAC-FGI		CGPE (a)		TOTAIS	
	Quantidade de operações	Valores liberados acumulados						
Microempresas	199.230	8.059,2	-	-	13.943	430,9	213.173	8.490,1
Pequenas Empresas	260.101	23.768,6	57.032	9.999,7	47.402	2.772,6	364.535	36.540,9
Médias Empresas	-	-	34.428	49.826,8	5.554	4.449,1	39.982	54.275,9
TOTAIS	459.331	31.827,8	91.460	59.826,5	66.899	7.652,6	617.690	99.306,9

(a) exceto operações inseridas também nos programas PESE ou PRONAMPE.

Essa semana, em relação ao PRONAMPE, pode-se verificar que foram contratados até 02/10, R\$ 31,82 bilhões. A Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, destinou R\$ 15,9 bilhões ao Programa. Esses recursos se esgotaram rapidamente e por meio da Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020, foram destinados mais R\$ 12 bilhões ao Programa. Deste modo, foram alocados R\$ 27,90 bilhões para este

Programa. Importante ressaltar que a relação de alavancagem até o momento é somente de 1,140.

As operações classificadas e elegíveis como CGPE, discriminadas por porte da instituição que recebe o recurso se encontram na tabela abaixo. As pequenas empresas até 2 de outubro de 2020 receberam apenas R\$ 430 milhões dos R\$ 7,65 bilhões que foram destinados ao Programa. A nosso ver esse programa poderia ser aperfeiçoado de modo a estimular as instituições financeiras que realizarem empréstimos às micros e pequenas empresas, criando um incentivo na apuração do crédito presumido.

SEGMENTO e ES	Classificados como CGPE		Elegíveis como CGPE		Total	
	Quantidade de operações	Valores liberados acumulados (R\$ milhões)	Quantidade de operações	Valores liberados acumulados (R\$ milhões)	Quantidade de operações	Valores liberados acumulados (R\$ milhões)
Microempresas	8.594	317,2	5.349	113,7	13.943	430,9
Pequenas Empresas	43.681	2.408,7	3.721	363,9	47.402	2.772,6
Médias Empresas	5.503	4.233,1	51	216,0	5.554	4.449,1
Total	57.778	6.959,0	9.121	693,6	66.899	7.652,6

O PEAC-maquinhas deve entrar em operação ainda em outubro de acordo com o BNDES. A expectativa é a de que o programa consiga atender a um número relevante de micros e pequenas empresas, que são justamente as mais vulneráveis na crise atual.

O BNDES publica em sua página da internet os valores que foram objeto de financiamento para os outros programas de crédito em que atua. A Tabela abaixo (atualizada em 05 de outubro de 2020) apresenta os dados dos programas de crédito para folha de pagamento – PESE, suspensão de pagamentos (*standstill*), conta-Covid (crédito a distribuidoras de energia), crédito a empresas do setor audiovisual, crédito a cadeias produtivas, plano emergencial para saúde, *matchfunding* salvando vidas e suspensão de pagamentos (*standstill*) a estados e municípios.

Dados do portal do empreendedor ainda mostram que o Programa BNDES Giro já contratou créditos no volume de R\$ 2,9 bilhões com 20.162 contratos (atualizado em 3 de outubro de 2020).

O Fampe - Fundo de Aval para as Micro e Pequenas Empresas - avalizou, por sua vez, R\$ 2,25 bilhões, com 30.474 contratos (atualizado em 2 de setembro de 2020).

Programas	Categoria	Valores
Crédito para folha de pagamento - PESE	empresas	6.046.400.000,00
Suspensão de pagamentos (<i>standstill</i>)	empresas	12.365.125.935,39
Conta-Covid: crédito a distribuidoras de energia	empresas	2.653.700.000,00
Crédito a empresas do setor audiovisual	empresas	135.355.000,00
Crédito Cadeias Produtivas	empresas	87.000.000,00
Plano emergencial para saúde	saúde	293.000.000,00
Matchfunding Salvando Vidas	saúde	73.000.000,00
Suspensão de pagamentos (<i>standstill</i>) a estados e municípios	governo	3.896.387.365,00